

de preparação do Programa de Desenvolvimento Rural. De novembro de 1998 a junho de 2005, Chefe de Divisão das Relações Internacionais, na Direção de Serviços das Relações Internacionais e Assuntos Europeus do GPPAA/MADRP. Entre 1988 e 1998, colaborou na definição e execução de políticas sectoriais, na preparação de suporte legislativo nacional e na preparação e operacionalização de sistemas de informação dos mercados agrícolas (IMAIAA, DGMAIAA, IROMA).

Outras atividades:

Autora de diversos estudos no domínio agrícola, com colaboração numa série de estudos e na coordenação de publicações.

Colaboradora permanente, entre 1985 e 1988, do setor de agronomia da Hidrotécnica Portuguesa, Consultores para Estudos e Projetos, L.^{da}
208861388

Despacho n.º 9351/2015

De acordo com o disposto nos artigos 20.º e 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada e republicada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, foi aberto procedimento concursal, através do aviso n.º 6645/2015, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 114, de 15-06-2015, com vista ao preenchimento do cargo de chefe de Divisão de Recursos Humanos, cargo de direção intermédia de 2.º grau do Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral.

Cumpridos todos os formalismos legais e concluída a seleção, o júri propôs, fundamentadamente, que a designação para o cargo recaísse sobre a candidata Elisabete Cristina Lopes Costa, a qual preenche os requisitos legais exigidos e possui o perfil e as características necessárias ao exercício das atribuições e à prossecução dos objetivos da Divisão de Recursos Humanos.

Assim, designo para o cargo de chefe de Divisão de Recursos Humanos, a licenciada Elisabete Cristina Lopes Costa, em comissão de serviço, pelo período de três anos, nos termos dos n.ºs 9 e 10 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada e republicada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro.

O presente despacho produz efeitos à data da assinatura.

7 de agosto de 2015. — O Diretor-Geral, *Eduardo Diniz*.

Nota Curricular

Dados Pessoais

Nome: Elisabete Cristina Lopes Costa
Naturalidade: S. Sebastião da Pedreira, Lisboa
Data de Nascimento: 27 de novembro de 1976

Habilitações Literárias

Licenciatura em Gestão de Recursos Humanos e Organização Estratégica pelo Instituto Superior de Línguas e Administração de Lisboa (1999); Curso Técnico-Profissional de Contabilidade e Gestão (1994).

Formação Profissional

Pós-Graduação em Contabilidade, Finanças Públicas e Gestão Orçamental, pelo Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa (2002). FORGEP, realizado no INA.

Participação em diversos cursos, seminários e congressos a nível nacional nas áreas da gestão de recursos humanos (RCTFP; LVCR; Liderança e Comunicação; Gestão por competências; Desenvolvimento de Modelos Organizacionais e Perfis Profissionais; Técnicas de Avaliação de Desempenho; Novo Regime de Avaliação do Desempenho — 2004; Curso de Pessoal na Administração Pública; Auditoria de Recursos Humanos; Balanced Scorecard, etc.), da qualidade (Melhoria de Processos Estruturas e Avaliação da Qualidade — Aplicações Práticas da CAF; 3.º Encontro Europeu sobre a CAF; Auditorias internas de Qualidade), do direito administrativo, etc.

Experiência Profissional

De 12 de setembro de 2014 a até à presente data, Chefe de Divisão de Recursos Humanos, do Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral.

De 1 de novembro de 2013 até 11 de setembro de 2014, técnica superior na divisão de recursos humanos da Secretaria-Geral do ex-Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território.

De 1 de outubro de 2012 a 31 de outubro de 2013, Chefe de Divisão de Gestão de Recursos Humanos, Formação e Documentação da Agência Portuguesa do Ambiente, I. P.

De junho até 30 de setembro de 2012 técnica superior na Divisão de Recursos Humanos da Secretaria-geral do Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território.

De 1 de fevereiro de 2008 até junho de 2012, Chefe de Divisão de Recursos Humanos da ex-Secretaria-Geral do Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território.

De 1 de fevereiro de 2003 a 1 de fevereiro de 2008, técnica superior na área dos recursos humanos, na ex-Secretaria-Geral do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional;

De 1 de novembro de 2000 a 31 de janeiro de 2003, técnica superior na área das carreiras, no Departamento de Ordenamento de Carreiras e Política Salarial da então, Direção-Geral da Administração Pública. Em 30 de novembro de 1994 início de funções públicas na Escola Secundária Manuel Cargaleiro.

208861339

Instituto Português do Mar e da Atmosfera, I. P.

Despacho (extrato) n.º 9352/2015

Por despacho do Presidente do Conselho Diretivo datado de 15 de abril de 2015, foi concedida ao Investigador auxiliar, José Manuel Ribeiro Ferreira Oliveira, licença sem remuneração a seu pedido, pelo período de um mês, nos termos e para os efeitos dos artigos 280.º e 281.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, com efeitos a 1 de março de 2015.

15 de abril de 2015. — O Vogal do Conselho Diretivo, *Rui Dias Fernandes*.

208857354

Despacho (extrato) n.º 9353/2015

Por meu despacho de 05/08/2015 foi autorizada a mobilidade interna, na categoria do Assistente Operacional, de Diniz Manuel Lopes dos Santos, do mapa de pessoal da Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos, para o exercício de funções de motorista, com início a 05/08/2015, nos termos do disposto nos artigos 92.º e seguintes, da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, com o posicionamento remuneratório entre a 1.ª e a 2.ª posição, e o nível remuneratório entre o 1.º e o 2.º nível, da Tabela Remuneratória Única, aprovada pela Portaria n.º 1553-C/2008, de 31 de dezembro, a que corresponde o montante de 518,38€.

6 de agosto de 2015. — O Vogal do Conselho Diretivo, *Rui Dias Fernandes*.

208857362

MINISTÉRIO DA SAÚDE

Gabinete do Secretário de Estado da Saúde

Despacho n.º 9354/2015

O Decreto-Lei n.º 139/2013, de 9 de outubro, veio estabelecer o novo regime jurídico das convenções que tenham por objeto a realização de prestações de cuidados de saúde aos utentes do Serviço Nacional de Saúde (SNS), no âmbito da rede nacional de prestação de cuidados de saúde, nos termos previstos na Lei n.º 48/90, de 24 de agosto, alterada pela Lei n.º 27/2002, de 8 de novembro — Lei de Bases da Saúde.

O referido normativo sucedeu e revogou o Decreto-Lei n.º 97/98, de 18 de abril, ao abrigo do qual o regime de celebração de convenções assentava, exclusivamente, num modelo de contrato de adesão que tinha como requisito a publicação prévia do clausulado-tipo que viria a regular a relação contratual entre o SNS e os convenionados aderentes.

O novo regime das convenções apresenta-se agora mais ajustado à atual realidade da contratação pública, na medida em que o novo modelo contratual de prestações de saúde aos utentes do SNS é mais flexível do ponto de vista dos procedimentos e indutor de maior concorrência, ao privilegiar a figura do procedimento de contratação pública para uma convenção específica, e ao remeter para alternativa o procedimento de adesão a um clausulado-tipo previamente publicado.

Por sua vez, a implementação efetiva e gradual do novo regime jurídico das convenções, com respeito pelos princípios da complementaridade, da liberdade de escolha, da transparência, da igualdade e da concorrência, tem exigido uma avaliação das efetivas necessidades dos utentes e das especificidades sentidas pelas entidades públicas, privadas e sociais, dispersas territorialmente, e que se relacionam diretamente com o acesso, disponibilidade assistencial e a referenciação.

Por esse motivo, a implementação tem vindo a ser conduzida através de uma equipa multidisciplinar, que envolve as entidades do Ministério da Saúde diretamente relacionadas, sensíveis aos resultados da auscultação